COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 3.955, DE 2012

Altera a Lei nº 2.723, de 28 de outubro de 1993, que “dispõe sobre redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências”, para tornar obrigatória a divulgação, no Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) e na nota fiscal, da quantidade de emissão dos gases poluentes e de gás carbônico (CO₂), gás de efeito estufa, emitidos na atmosfera pelos veículos automotores.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado DIEGO ANDRADE

I - RELATÓRIO

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei nº 3.955, de 2012, oriundo do Senado Federal. A Iniciativa altera a Lei nº 8.723, de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores, com o fito de obrigar os fabricantes de veículos automotores a divulgar não apenas as especificações de uso, segurança e manutenção dos veículos, mas também os valores de consumo médio de combustível e de emissão de gases poluentes, estes em g/km. Ordena também, o projeto, que os fabricantes de veículos e os órgãos de licenciamento de veículos automotores divulguem na nota fiscal e no CRLV os valores de consumo médio de combustível e de emissão de gases poluentes, em g/km.

Na justificação da proposta, diz-se que uma das formas de se reduzir a poluição ambiental é levar o consumidor a fazer escolhas conscientes, o que somente é possível se a ele for dado conhecimento das informações necessárias: eficiência energética e concentração de substâncias poluentes nas emissões.

Não houve emendas nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O projeto é mais uma iniciativa que vai ao encontro do princípio consagrado na Lei de Defesa do Consumidor, segundo o qual a prestação de informação clara e adequada a respeito dos produtos e serviços à venda é condição indispensável nas relações de consumo. É também um passo adiante na política de redução dos efeitos da poluição veicular, alvo da atuação do Estado já há algum tempo, por intermédio do PROCONVE – Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores –, instituído em 1986 por resolução do CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente.

De fato, embora seja essencial a instituição de limites de emissão de poluentes, objeto do PROCONVE, é também indispensável que, por meio de informação acerca do desempenho dos diferentes modelos de veículos no quesito ambiental, seja o consumidor chamado a participar, na medida de seu interesse, da luta pela redução da poluição atmosférica, problema crônico nas grandes cidades brasileiras.

Tanto a obrigação genérica atribuída aos fabricantes de veículos – divulgar os valores de consumo médio e de emissão de poluentes e de CO₂ – como as obrigações específicas endereçadas aos órgãos executivos de trânsito dos Estados e aos fabricantes – divulgação dos valores de consumo médio e de emissão de poluentes e de CO₂ no Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo e na nota fiscal de venda, respectivamente, são de fácil cumprimento, não se justificando a eventual alegação de que possam gerar burocracia ou causar aumento de custo do produto.

Dito isso, e tendo em vista que matéria muito semelhante já foi aprovada por unanimidade neste Colegiado – Projeto de Lei nº 6.543, de 2009, também oriundo do Senado Federal –, o que denota a grande aceitação da proposta, não posso tomar outra atitude que não acatar este projeto de lei.

O voto, portanto, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.955, de 2012.

Sala da Comissão, em de de 2012.

Deputado **DIEGO ANDRADE**

Relator